

TCE-PR

AUDITOR CONTROLE EXTERNO CONTABIL



Editais verticalizados

Tribunal de Contas do Estado do Paraná

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
3. Domínio da ortografia oficial.
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2. Emprego de tempos e modos verbais.
5. Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1. Emprego das classes de palavras.
 - 5.2. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4. Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5. Concordância verbal e nominal.
 - 5.6. Regência verbal e nominal.
 - 5.7. Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8. Colocação dos pronomes átonos.
6. Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1. Significação das palavras.
 - 6.2. Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
 - 1.1 Princípios fundamentais.
2. Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 2.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas.
 - 2.2 Controle de constitucionalidade das leis.
 - 2.3 Controle incidental ou concreto.
 - 2.4 Controle abstrato de constitucionalidade.
 - 2.5 Emenda, reforma e revisão constitucional.
3. Direitos e garantias fundamentais.
 - 3.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.
4. Organização político-administrativa do Estado.
 - 4.1 Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
5. Administração Pública.
 - 5.1 Disposições Gerais.
 - 5.2 Servidores Públicos.
6. Poder Executivo.
 - 6.1 Atribuições e responsabilidades do Presidente da República.
7. Poder Legislativo.
 - 7.1 Estrutura.
 - 7.2 Funcionamento e atribuições.
 - 7.3 Processo legislativo.
 - 7.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 7.5 Comissões parlamentares de inquérito.
8. Poder Judiciário.
 - 8.1 Disposições gerais.
 - 8.2 Órgãos do Poder Judiciário.
 - 8.2.1 Organização e competências.
 - 8.2.2 Conselho Nacional de Justiça.
 - 8.2.2.1 Composição e competências.
9. Funções essenciais à Justiça.

- 9.1 Ministério Público, Advocacia Pública.
- 9.2 Defensoria Pública.
- 10. Sistema Tributário Nacional.
- 11. Da ordem social.
 - 11.1 Disposições gerais.
 - 11.2 Da seguridade social.
 - 11.3 Da educação, cultura e desporto.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1. Estado, governo e Administração Pública.
 - 1.1. Conceitos.
 - 1.2. Elementos.
- 2. Direito administrativo.
 - 2.1. Conceito.
 - 2.2. Objeto.
 - 2.3. Fontes.
- 3. Ato administrativo.
 - 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.
 - 3.2. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação.
 - 3.3. Decadência administrativa.
- 4. Agentes públicos.
 - 4.1. Legislação pertinente.
 - 4.1.1. Lei Estadual nº 6.174/1970.
 - 4.1.2. Disposições constitucionais aplicáveis.
 - 4.2. Disposições doutrinárias.
 - 4.2.1. Conceito.
 - 4.2.2. Espécies.
 - 4.2.3. Cargo, emprego e função pública.
 - 4.2.4. Provimento.
 - 4.2.5. Vacância.
 - 4.2.6. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 4.2.7. Remuneração.

- 4.2.8. Direitos e deveres.
- 4.2.9. Responsabilidade.
- 4.2.10. Processo administrativo disciplinar.
- 5. Poderes da Administração Pública.
 - 5.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.
 - 5.2. Uso e abuso do poder.
- 6. Regime jurídico-administrativo.
 - 6.1. Conceito.
 - 6.2. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
- 7. Responsabilidade civil do Estado.
 - 7.1. Evolução histórica.
 - 7.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
 - 7.2.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 7.2.2. Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 7.3. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 7.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 7.5. Reparação do dano.
 - 7.6. Direito de regresso.
- 8. Serviços públicos.
 - 8.1. Conceito.
 - 8.2. Elementos constitutivos.
 - 8.3. Formas de prestação e meios de execução.
 - 8.4. Delegação: concessão, permissão e autorização.
 - 8.5. Classificação.
 - 8.6. Princípios.
- 9. Organização administrativa.
 - 9.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
 - 9.2. Administração direta e indireta.
 - 9.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - 9.4. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.
- 10. Controle da Administração Pública.
 - 10.1. Controle exercido pela Administração Pública.

- 10.2. Controle judicial.
- 10.3. Controle legislativo.
- 10.4. Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.
- 11. Processo administrativo.
 - 11.1. Lei nº 9.784/1999.
- 12. Licitações e contratos administrativos.
 - 12.1. Legislação pertinente.
 - 12.1.1. Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
 - 12.1.2. Decreto nº 11.462/2023 (sistema de registro de preços).
 - 12.1.3. Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
 - 12.2. Fundamentos constitucionais.
- 13. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e suas alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

CONTROLE EXTERNO

- 1. Tribunais de Contas.
 - 1.1 Natureza jurídica.
 - 1.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros.
 - 1.3 Funções.
 - 1.4 Eficácia das decisões.
 - 1.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário.
- 2. Sistemas de controle externo.
 - 2.1 Controle externo no Brasil.
 - 2.2 Regras constitucionais sobre o controle externo.
 - 2.3 Funções de controle externo exercidas isoladamente e em conjunto entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, bem como entre as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e os Tribunais de Contas dos Estados.
 - 2.4 A importância do controle interno.
- 3. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).
 - 3.1 Declaração de Lima.
 - 3.2 Declaração do México – Independência das EFS (ISSAI 10).
 - 3.3 Princípios de Transparência e Accountability (ISSAI 20).

4. Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.1 Natureza, competência e jurisdição. Organização. Julgamento e fiscalização.

4.2 Lei Orgânica do TCEPR (Lei Complementar nº 113/2005).

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1. Conceito, evolução.

1.1 Auditoria interna e externa: papéis.

1.2 Auditoria governamental segundo a INTOSAI (International Organization of Supreme Audit Institutions).

1.3 Auditoria interna segundo o IIA (Institute of Internal Auditors).

2. Controles internos segundo o COSO I e o COSO II – ERM (Enterprise Risk Management).

3. Normas internacionais para o exercício profissional da auditoria.

3.1 Normas da INTOSAI: princípios fundamentais de auditoria e ética do setor público (ISSAIs 130 e 140).

4. Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP.

4.1 NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público.

4.2 NBASP 200 - Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira.

4.3 NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional.

4.4 NBASP 400 – Princípio de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade.

4.5 NBASP 9020 – Avaliação de Políticas Públicas.

5. Planejamento de auditoria.

5.1 Plano de auditoria baseado no risco.

5.2 Atividades preliminares.

5.3 Determinação de escopo.

5.4 Materialidade, risco e relevância.

5.5 Exame e avaliação do controle interno.

5.6 Risco inerente, de controle e de detecção.

5.7 Risco de auditoria.

5.8 Matriz de Planejamento.

- 5.9 Programa de auditoria.
- 5.10 Papéis de trabalho.
- 6. Execução da auditoria.
 - 6.1 Técnicas e procedimentos.
 - 6.2 Exame documental, inspeção física, conferência de cálculos, observação, entrevista, circularização, conciliações, análise de contas contábeis, revisão analítica.
- 7. Evidências.
 - 7.1 Caracterização de achados de auditoria.
 - 7.2 Matriz de Achados e Matriz de Responsabilização.
- 8. Comunicação dos resultados.
 - 8.1 Relatórios de auditoria.
- 9. Monitoramento.
- 10. Documentação da auditoria.
- 11. Supervisão e Controle de Qualidade.
- 12. Manual de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas da União - TCU 2020.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 1. Orçamento público.
 - 1.1 Conceito.
 - 1.2 Técnicas orçamentárias.
 - 1.3 Princípios orçamentários.
 - 1.4 Ciclo orçamentário.
 - 1.5 Processo orçamentário.
- 2. O orçamento público no Brasil.
 - 2.1 Sistema de planejamento e de orçamento federal.
 - 2.2 Plano plurianual.
 - 2.3 Diretrizes orçamentárias.
 - 2.4 Orçamento anual.
 - 2.5 Sistema e processo de orçamentação.
 - 2.6 Classificações orçamentárias.
 - 2.7 Estrutura programática.
 - 2.8 Créditos ordinários e adicionais.

3. Programação e execução orçamentária e financeira.
 - 3.1 Descentralização orçamentária e financeira.
 - 3.2 Acompanhamento da execução.
 - 3.3 Sistemas de informações.
 - 3.4 Alterações orçamentárias.
4. Receita pública.
 - 4.1 Conceito e classificações.
 - 4.2 Estágios.
 - 4.3 Fontes.
 - 4.4 Dívida ativa.
5. Despesa pública.
 - 5.1 Conceito e classificações.
 - 5.2 Estágios.
 - 5.3 Restos a pagar.
 - 5.4 Despesas de exercícios anteriores.
 - 5.5 Dívida flutuante e fundada.
 - 5.6 Suprimento de fundos.
6. Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).
7. Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.
8. Transferências voluntárias.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. Tribunais de Contas.
 - 1.1 Natureza jurídica.
 - 1.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros.
 - 1.3 Funções.
 - 1.4 Eficácia das decisões.
 - 1.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário.
2. Sistemas de controle externo.
 - 2.1 Controle externo no Brasil.
 - 2.2 Regras constitucionais sobre o controle externo.

2.3 Funções de controle externo exercidas isoladamente e em conjunto entre o Congresso Nacional e o Tribunal de Contas da União, bem como entre as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais e os Tribunais de Contas dos Estados.

2.4 A importância do controle interno.

3. Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS).

3.1 Declaração de Lima.

3.2 Declaração do México – Independência das EFS (ISSAI 10).

3.3 Princípios de Transparência e Accountability (ISSAI 20).

4. Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

4.1 Natureza, competência e jurisdição. Organização. Julgamento e fiscalização.

4.2 Lei Orgânica do TCEPR (Lei Complementar nº 113/2005).

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Estruturas lógicas.

2. Lógica de argumentação.

2.1 Analogias, inferências, deduções e conclusões.

3. Lógica sentencial (ou proposicional).

3.1 Proposições simples e compostas.

3.2 Tabelas-verdade.

3.3 Equivalências.

3.4 Leis de De Morgan.

3.5 Diagramas lógicos.

4. Lógica de primeira ordem.

5. Princípios de contagem e probabilidade.

6. Operações com conjuntos.

7. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE GERAL

1. Contabilidade.
 - 1.1. Conceito.
 - 1.2. Objeto.
 - 1.3. Finalidade.
2. Contas.
 - 2.1. Conceito.
 - 2.2. Teorias.
 - 2.3. Função.
 - 2.4. Natureza das contas.
3. Noções sobre Regime de Competência e Regime de Caixa.
4. Noções sobre origem e aplicação de recursos.
5. Escrituração.
 - 5.1. Sistema de partidas dobradas.
 - 5.2. Erros de escrituração e suas correções.
6. Estrutura, características e forma de apresentação de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
7. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.
8. Disponibilidades – caixa e equivalentes de caixa: conteúdo, classificação e critérios de avaliação.
9. Contas a receber.
 - 9.1. Conceito, conteúdo e critérios contábeis.
10. Estoques.
 - 10.1. Conceito, conteúdo e classificação.
11. Despesas antecipadas.
 - 11.1. Conceito, conteúdo, classificação e critérios de avaliação.
12. Realizável a longo prazo (não circulante).
 - 12.1. Conceito e classificação.

- 12.2. Ajuste a valor presente.
- 12.3. Cálculo e contabilização de contas ativas e passivas.
- 13. Instrumentos financeiros.
 - 13.1. Aspectos conceituais, reconhecimento, mensuração e evidenciação.
- 14. Mensuração do valor justo.
 - 14.1. Definição de valor justo.
 - 14.2. Valor justo.
 - 14.2.1. Aplicação para ativos, passivos e instrumentos patrimoniais.
 - 14.3. Técnicas de avaliação do valor justo.
- 15. Ativo Imobilizado.
 - 15.1. Conceituação, classificação e conteúdo das contas.
 - 15.2. Critérios de avaliação e mensuração do ativo imobilizado.
 - 15.3. Depreciação, exaustão e amortização.
- 16. Ativos intangíveis.
 - 16.1. Aspectos conceituais, definição, reconhecimento e mensuração.
 - 16.2. Goodwill.
- 17. Redução ao valor recuperável de ativos.
 - 17.1. Definições, identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação.
- 18. Passivo exigível.
 - 18.1. Conceitos gerais, avaliação, reconhecimento, mensuração e conteúdo do passivo.
- 19. Fornecedores, obrigações fiscais e outras obrigações.
- 20. Empréstimos e financiamentos.
- 21. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- 22. Patrimônio Líquido.
 - 22.1. Capital Social.
 - 22.2. Reservas de capital.
 - 22.3. Ajustes de avaliação patrimonial.
 - 22.4. Reservas de lucros.
 - 22.5. Ações em tesouraria.
 - 22.6. Prejuízos acumulados.
 - 22.7. Dividendos.
- 23. Análise econômico-financeira.
 - 23.1. Indicadores de liquidez.

- 23.2. Indicadores de rentabilidade.
- 23.3. Indicadores de lucratividade.
- 23.4. Indicadores de endividamento.
- 23.5. Indicadores de estrutura de capitais.
- 23.6. Análise vertical e horizontal.

CONTABILIDADE PÚBLICA

- 1. Conceituação, objeto e campo de aplicação.
- 2. Princípios e Normas de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público.
- 3. Composição do Patrimônio Público.
 - 3.1. Patrimônio Público.
 - 3.2. Ativo.
 - 3.3. Passivo.
 - 3.4. Saldo Patrimonial.
- 4. Variações Patrimoniais.
 - 4.1. Qualitativas.
 - 4.2. Quantitativas: receita e despesa sob o enfoque patrimonial.
 - 4.3. Realização da variação patrimonial.
 - 4.4. Resultado patrimonial.
- 5. Regime Orçamentário e Regime Contábil.
- 6. Mensuração de ativos.
 - 6.1. Ativo Imobilizado.
 - 6.2. Ativo Intangível.
 - 6.3. Reavaliação e redução ao valor recuperável.
 - 6.4. Depreciação, amortização e exaustão.
- 7. Mensuração de passivos.
 - 7.1. Provisões.
 - 7.2. Passivos Contingentes.
- 8. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
- 9. Sistema de custos.
 - 9.1. Aspectos legais do sistema de custos.
 - 9.2. Ambiente da informação de custos.

- 9.3. Características da informação de custos.
- 9.4. Terminologia de custos.
- 10. Plano de Contas aplicado ao Setor Público.
 - 10.1. Conceito de contas patrimoniais e de resultado.
 - 10.2. Função e estrutura das contas.
 - 10.3. Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.
- 11. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.
 - 11.1. Balanço orçamentário.
 - 11.2. Balanço Financeiro.
 - 11.3. Demonstração das variações patrimoniais.
 - 11.4. Balanço patrimonial.
 - 11.5. Demonstração de fluxos de caixa.
 - 11.6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - 11.7. Notas explicativas às demonstrações contábeis.
 - 11.8. Consolidação das demonstrações contábeis.
- 12. Transações no setor público.
- 13. Despesa pública.
 - 13.1. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
- 14. Receita pública.
 - 14.1. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.
- 15. Créditos Adicionais.
- 16. Execução orçamentária e financeira.
- 17. Fonte ou Destinação de Recursos.
- 18. Suprimento de Fundos.
- 19. Restos a Pagar.
- 20. Despesas com Pessoal.
 - 20.1. Definições e Limites.
 - 20.2. Controle da Despesa Total com Pessoal.
- 21. Despesas de Exercícios anteriores.
- 22. Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016.
- 23. MCASP 9ª edição.
- 24. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/2000).

- 24.1. Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.
- 24.2. Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.
- 24.3. Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.
- 25. Lei nº 4.320/1964.
- 26. Lei nº 14.133/2020 (novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação - Fundeb).
 - 26.1. Composição Financeira.
 - 26.2. Distribuição de Recursos.
 - 26.3. Utilização dos Recursos.
- 27. Lei nº 9.394/1996, e suas alterações.
- 28. Lei nº 8.080/1990, e suas alterações.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

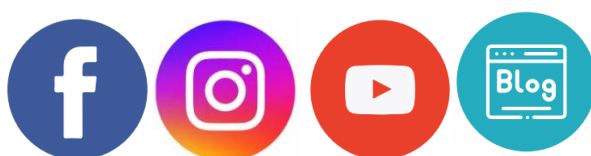
- 1. Regra de três simples e composta, proporcionalidades e porcentagens.
- 2. Juros simples e compostos.
- 3. Capitalização e desconto.
- 4. Taxas de juros nominal, efetiva, equivalente, real e aparente.
- 5. Equivalência de capitais.
- 6. Rendas uniformes e variáveis.
- 7. Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.
 - 7.1. Sistema francês (tabela Price).
 - 7.2. Sistema de Amortização Constante (SAC).
 - 7.3. Sistema de Amortização Misto (SAM).
- 8. Cálculo financeiro.
 - 8.1. Custo real e efetivo das operações de financiamento, empréstimo e investimento.
- 9. Avaliação de alternativas de investimento em economia estável e em ambiente inflacionário.
- 10. Taxas de retorno e taxas internas de retorno.

ESTATÍSTICA

1. Metodologia e utilização da estatística. Variáveis quantitativas e qualitativas. Séries estatísticas.
2. Organização e apresentação de variáveis.
3. Métodos para sumarização e análise exploratória de dados.
 - 3.1. Distribuição de frequências: absoluta, relativa, acumulada.
 - 3.2. Medidas de posição: média, moda, mediana e quartis.
 - 3.3. Medidas de dispersão: amplitude, variância, desvio-padrão, coeficiente de variação, amplitude interquartil.
 - 3.4. Correlação.
 - 3.5. Histogramas e curvas de frequência.
 - 3.6. Diagrama de caixa (boxplot) e identificação de valores atípicos (outliers).
 - 3.7. Diagrama de dispersão.
4. Análise de dados categorizados.
5. Distribuições de probabilidade.
 - 5.1. Distribuição binomial.
 - 5.2. Distribuição normal.
6. Técnicas de Amostragem.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!